**POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DO INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DOCENTE**

VANINI, Samanta Santos da, Universidade de Passo Fundo (UPF), [175554@upf.br]
ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira, Universidade de Passo Fundo (UPF),
[rosimaresquinsani@upf.br]
FERREIRA, Francisco Jardimilson Barroso, Universidade de Passo Fundo (UPF),
[206660@upf.br]

INTRODUÇÃO

O estado do Rio Grande do Sul abriga três institutos federais dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Um deles é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), com Reitoria na cidade de Pelotas e mais 12 campi espalhados pelo estado. No contexto do instituto há o investimento em inclusão e acessibilidade, resultando na elaboração e implementação da Política de Inclusão e Acessibilidade (2019), que abrange diversas iniciativas e programas na busca de garantir igualdade de oportunidades e promover o respeito à diversidade no ambiente educacional. As ações voltadas para o acesso, permanência e sucesso acadêmico têm como foco, prioritariamente, negros, indígenas, pessoas com deficiência, indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas.

Nesse contexto, a política referida tem como propósito integrar ensino, pesquisa, extensão e gestão, para assegurar os direitos humanos à comunidade acadêmica, composta por estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos. Conforme estabelecido no art. 5º da Política de Inclusão, o IFSul definiu como objetivo geral, “promover Ações Afirmativas no IFSul, visando à construção de uma instituição inclusiva, fundamentada em valores democráticos, éticos e no respeito à diferença e à diversidade”. (Brasil, 2019, p. 6)

A política inclui: disposições gerais, conceitos, princípios, diretrizes, objetivo geral, objetivos específicos, formas de acesso aos cursos do IFSul, permanência e êxito acadêmico, composição e atribuições da comissão de acompanhamento e avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade, além dos instrumentos, práticas e disposições finais. Parte superior do formulário

A política apresenta: disposições gerais, conceitos, princípios, diretrizes, objetivo geral, objetivos específicos, formas de acesso aos cursos do IFSul, permanência e êxito no IFSul, composição e atribuições da comissão de acompanhamento e avaliação da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, instrumentos e práticas, e por fim apresenta as disposições finais. Parte inferior do formulário

No organograma do IFSul, encontra-se, entre outros, o Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o qual é responsável por desenvolver ações que promovam a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas. Isso inclui adaptações curriculares, aquisição de materiais didáticos acessíveis, e a capacitação de servidores para lidar com a diversidade.

Nessa perspectiva, a formação periódica de docentes que trabalham com estudantes público-alvo da educação especial, torna-se fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas que serão utilizadas com os estudantes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Política de Inclusão e Acessibilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), com ênfase na formação docente, buscando compreender de que forma essa política contempla a capacitação desses profissionais para lidar com estudantes público-alvo da educação especial.

O estudo possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseado em análise documental. Foram examinados documentos institucionais, como a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul (2019) e a Instrução Normativa 03/2016, além de referencial teórico sobre formação docente e inclusão educacional.

DESENVOLVIMENTO

Nos tempos atuais, muito tem se falado sobre a formação docente, gerando muitas pesquisas e debates acerca do tema. A formação docente como um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma educação de qualidade é algo que necessita ser contínua, reflexiva e adaptada às necessidades do contexto social e educacional, pois de acordo com Biazzi e Tomé (2011, p. 2) “a continuidade dos estudos é um fator de relevância para todo profissional, atento às discussões atuais, haja vista os múltiplos desafios que se apresentam à escola e, simultaneamente, aos professores ou aos educadores”.

Investir na formação continuada dos docentes, através de políticas que possibilitem tais formações, é investir no futuro dos estudantes, promovendo uma educação mais justa, equitativa, inclusiva e transformadora. Para tanto, consoante o descrito nas palavras de Biazi e Tomé (2011, p. 12) é necessário “um projeto que tenha como objetivos garantir sólida formação teórica, competência técnica-política e compromisso técnico-político com o processo de humanização dos sujeitos educandos e com a transformação da sociedade numa sociedade justa e igualitária”.

Nesse sentido, analisou-se a Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, destacando sua relevância para garantir a permanência e o êxito dos estudantes em suas trajetórias acadêmicas. Em especial, evidencia-se a importância da formação docente como um dos pilares para a efetivação dessa política, garantindo que os educadores estejam preparados para promover a inclusão.

Imbernón, (2009, p. 48) destaca cinco grandes linhas para a formação permanente dos docentes: reflexão prático-teórica, troca de experiências entre iguais, união da formação a um projeto de trabalho, formação como estímulo crítico e desenvolvimento profissional da instituição educativa. Nesse sentido, a política do IFSul prevê que a formação docente ocorra através de cursos e treinamentos voltados para a inclusão e diversidade, visando garantir que a comunidade acadêmica esteja preparada para lidar com as necessidades dos estudantes e promover um ensino inclusivo.

No que concerne a formação docente prevista na política, surgiram diversas problemáticas relacionadas à temática. Dentre essas destaca-se: - A política prevê formação docente para práticas pedagógicas referentes aos estudantes público-alvo da educação especial? - Qual a periodicidade que a formação docente deverá ocorrer? - Quais elementos deverão compor essa formação? - Existe uma verba destinada para essas formações?

Após essa análise, constatou-se que a política prevê a formação docente, sem deixar claro os pontos questionados na presente pesquisa, pois de acordo com as diretrizes descritas na política (2019, p. 5) “formação permanente da comunidade acadêmica do IFSul para garantir o desenvolvimento da Política de Inclusão e

Acessibilidade;”. Nesse viés, percebe-se que não está descrita de forma explícita informações importantes sobre a formação docente.

Além disso, verificou-se que a Instrução Normativa 03/2016 tem como propósito disciplinar o planejamento de estratégias educacionais voltadas aos estudantes público-alvo da educação especial. No entanto, percebeu-se que essa normativa não especifica de forma clara e consistente diretrizes para a formação docente. O documento menciona a orientação da equipe docente e técnico-administrativa por meio de encontros de formação, grupos de estudo, reuniões de planejamento e capacitações sobre tecnologias assistivas. Contudo, não detalha a periodicidade, o conteúdo ou os recursos destinados a essa formação, o que evidencia a necessidade de aprimoramento dessa diretriz. (Brasil, 2016, p.7)

No que diz respeito a formação docente, a organização de eventos e atividades que promovam a diversidade e a inclusão, como palestras, oficinas e celebrações de datas relevantes, podem ser fundamentais quando se pensa a efetivação de uma política, pois com isso, a vivência dessa cultura poderá trazer benefícios para a promoção da política de inclusão. Assim, acredita-se que é importante também pensar na integração de temas de inclusão e acessibilidade nos currículos dos cursos, promovendo uma educação que valorize a diversidade.

CONCLUSÃO

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul se mostra significativa e de grande importância tendo como objetivos garantir a permanência e êxito dos estudantes em suas trajetórias acadêmicas. Apesar disso, essa política mostra fragilidades que dificultam sua execução no ambiente.

A principal delas é a operacionalização da política, para além da esfera das intenções. Assim, parece pertinente definir de forma mais detalhada a política de inclusão e acessibilidade do IFSul, no que concerne a formação docente. Além disso, entende-se que se torna necessário descrever qual deverá ser a sistematização das formações e esclarecer quais elementos que esta deverá conter. Nesse viés, essa descrição contribui com as práticas pedagógicas dos docentes que trabalham com os estudantes público-alvo da educação especial, seja através da própria política ou através

de normativas que possibilitem a execução de formações docentes mais consistentes e claramente definidas.

REFERÊNCIAS

BIAZI e TOMÉ. **Formação Continuada: a importância da formação docente**. 2011, p. 2 e p. 12.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. **Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul**. Pelotas, 2019. <https://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. **Instrução Normativa PROEN/IFSul 03/2016**. Pelotas, 2016. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/acoes-inclusivas/documentos-acoes-inclusivas/item/1099-politica-de-inclusao-e-acessibilidade-do-ifsul> . Acesso em: 05 de fev. 2025.

IMBERÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2009. 7. Ed.